

2024

CAIO PAIVA

CRIMES FEDERAIS

NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ

- › Compilação da jurisprudência do STF e do STJ sobre os crimes federais previstos no Código Penal e na legislação penal esparsa
- › Compilação da jurisprudência sobre o funcionamento do sistema penitenciário federal
- › Mais de 500 julgados resumidos
- › Notas explicativas sobre divergências entre o STF e o STJ


EDITORA
CEI

SUMÁRIO

Principais abreviaturas	21
Nota do autor.....	23

Capítulo 1

Introdução.....	29
------------------------	-----------

Capítulo 2

Crimes federais previstos no Código Penal

2.1. Redução a condição análoga à de escravo.....	35
--	-----------

2.1.1. Independência de instâncias.....	35
2.1.2. Elementos inerentes ao crime e dosimetria da pena	36
2.1.3. Caracterização do crime.....	36
2.1.4. Tipo misto alternativo.....	37
2.1.5. Desnecessidade de violência física	37
2.1.6. Competência da Justiça Federal	37
2.1.7. Desnecessidade de restrição física da liberdade de locomoção	38
2.1.8. Contexto que envolveu transnacionalidade.....	39
2.1.9. Consumação.....	40
2.1.10. Crime permanente	40
2.1.11. Termo de ajustamento de conduta.....	41

2.2. Tráfico de pessoas.....	41
-------------------------------------	-----------

2.2.1. Competência da Justiça Federal	42
2.2.2. Dedicção anterior à prostituição	42
2.2.3. Atipicidade do mero recrutamento.....	43
2.2.4. Impossibilidade de combinação de leis	43
2.2.5. Crime que se consumou no território nacional	43

2.3. Dano contra o patrimônio da União	44
---	-----------

2.3.1. Patrimônio público e princípio da insignificância.....	44
2.3.2. Destruição de acessões feitas em terras indígenas	47
2.3.3. Dano à cela para fuga do preso e elemento subjetivo.....	47

2.4. Apropriação indébita previdenciária	47
2.4.1. Pagamento integral do débito tributário e extinção da punibilidade.....	49
2.4.2. Natureza material	49
2.4.3. Prisão por dívida	51
2.4.4. Dolo genérico.....	51
2.4.5. Descumprimento de lei municipal atinente a recolhimento a autarquia previdenciária.....	51
2.4.6. Insignificância	52
2.4.7. Efeitos da suspensão da exibilidade de crédito tributário na prescrição	52
2.4.8. Crime pluriofensivo	52
2.4.9. Prejuízo elevado e exasperação da pena-base.....	53
2.4.10. Continuidade normativo-típica.....	53
2.4.11. Retroatividade da Lei 9.983/2000.....	53
2.4.12. Suspensão do prazo prescricional	53
2.4.13. Prova da materialidade.....	54
2.4.14. Continuidade delitiva e empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial....	54
2.4.15. Continuidade delitiva entre os crimes de apropriação indébita previdenciária e sonegação de contribuição previdenciária	54
2.4.16. Continuidade delitiva	55
2.4.17. Inexigibilidade de conduta diversa	55
2.4.18. Adesão ao REFIS	56
2.4.19. Bem jurídico protegido.....	56
2.4.20. Simples remissão ao contrato social	56
2.4.21. Retirada da sociedade.....	58
2.4.22. Desnecessidade de fraude	58
2.4.23. Perícia contábil	58
2.4.24. Operações próprias e substituição tributária.....	58
2.5. Estelionato previdenciário.....	59
2.5.1. Obtenção de forma indevida de benefício previdenciário junto ao INSS em favor de terceiro	59
2.5.2. Estelionato qualificado-privilegiado	60
2.5.3. Vantagem ilícita	60
2.5.4. Exasperação da pena-base.....	61
2.5.5. Reparação do dano.....	61
2.5.6. Estelionato previdenciário e princípio da insignificância	61
2.5.7. Consunção entre os crimes de falso e de estelionato	62
2.5.8. Estelionato previdenciário: permanente para o beneficiário e instantâneo de efeitos permanentes para o falsário	62

2.5.9. Estelionato previdenciário em continuidade delitiva	63
2.5.10. Consumação	64
2.5.11. Tentativa	64
2.5.12. Estelionato privilegiado	65
2.5.13. Crime impossível	65
2.5.14. Estelionato previdenciário e independência de instâncias	65
2.5.15. Benefício restabelecido por decisão judicial.....	65
2.5.16. Tempo de percepção do benefício e dosimetria.....	66
2.5.17. Atestado médico falso e dosimetria	66
2.5.18. Estelionato previdenciário e reparação do dano	66
2.5.19. Recebimento de valores relativos a precatório federal creditado em favor de particular e competência	66
2.5.20. Falso que se exaure no estelionato	67
2.5.21. Estelionato contra entidade autárquica da previdência social	67
2.5.22. Estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias e competência	67
2.5.23. Crime cometido por meio de silêncio ou omissão	67
2.5.24. Estelionato contra o FGTS	68
2.5.25. Conduta culposa.....	68
2.5.26. Estado de necessidade.....	68
2.5.27. Estelionato contra a Caixa Econômica Federal	68
2.5.28. Transferência posterior do local de recebimento do benefício e competência territorial.....	68
2.6. Crimes contra a organização do trabalho	69
2.6.1. Competência	71
2.6.2. Pagamento de salário a menor.....	73
2.6.3. Exercer a advocacia com a inscrição na OAB suspensa	73
2.6.4. Não configuração do crime do art. 199.....	73
2.6.5. Independência de instâncias.....	74
2.7. Promoção de migração ilegal	74
2.7.1. Extradição e dupla tipicidade	74
2.8. Moeda falsa	75
2.8.1. Severidade da pena e princípio da proporcionalidade	76
2.8.2. Idoneidade relativa	76
2.8.3. Princípio da insignificância.....	76
2.8.4. Aplicação das agravantes do art. 61, II, <i>e e h</i>	78
2.8.5. Arrependimento posterior	79

2.8.6. Crime pluriofensivo	79
2.8.7. Crime formal e de perigo abstrato	79
2.8.8. Grande quantidade de cédulas.....	79
2.8.9. Utilização de papel moeda grosseiramente falsificado	80
2.8.10. Uso do maquinário	80
2.8.11. Participação.....	80
2.8.12. Competência da Justiça Federal	81
2.8.13. Tipo penal de conteúdo múltiplo	81
2.8.14. Prejuízo para as vítimas e negatização das consequências do crime.....	81
2.8.15. Guarda de moeda falsa e tráfico interno de droga	82
2.8.16. Prova da materialidade	82
2.8.17. Destruição posterior das cédulas	82
2.8.18. Alteração de cédula com fragmentos de outra	82
2.8.19. Posse de impressora	83
2.9. Falsidade documental	83
2.9.1. Tipicidade	86
2.9.2. Prova pericial	87
2.9.3. Substituição da fotografia em documento de identidade.....	87
2.9.4. Nota fiscal é documento particular	87
2.9.5. Natureza formal	87
2.9.6. Omissão de anotação em CTPS.....	88
2.9.7. Contrato social.....	89
2.9.8. Competência no caso do § 4º do art. 297	89
2.9.9. Documento público estrangeiro.....	90
2.9.10. Insignificância do crime de descaminho e consequência para o crime-meio de falso.....	90
2.9.11. Documento emitido pela União e competência.....	90
2.9.12. Falsificação e uso	90
2.9.13. Competência para julgar civil pelo crime de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar de CIR ou da CHA.....	91
2.9.14. Falsificação de declaração de pobreza	91
2.9.15. Início do prazo prescricional no crime de falsidade ideológica.....	91
2.9.16. Inexistência de prejuízo declarado na esfera cível	92
2.9.17. Inserção de dado falso no currículo lattes	92
2.9.18. Declaração falsa em pedido de residência provisória.....	92
2.9.19. Ocultação do verdadeiro importador das mercadorias	92
2.9.20. Advogado que substitui folha da petição inicial	92
2.9.21. Classificação doutrinária do crime de falsidade ideológica.....	93

2.9.22. Documentos digitais	93
2.9.23. Declaração sujeita a confirmação e crime de falsidade ideológica	93
2.9.24. Petição apresentada em juízo e falsidade ideológica	94
2.9.25. Recibos falsos de contribuinte	94
2.9.26. Recibos falsos emitidos por médico	94
2.9.27. Atestado de óbito com conteúdo falso.....	95
2.9.28. Natureza formal do crime de uso de documento falso	95
2.9.29. Uso de documento falso e <i>post factum</i> impunível.....	95
2.9.30. Uso de documento falso e exame pericial.....	96
2.9.31. Uso de documento falso e descaminho como crime-fim	96
2.9.32. Falso grosseiro	96
2.9.33. Foragido e autodefesa	97
2.9.34. Efetiva utilização do documento falso.....	97
2.9.35. Competência e certificado falso de conclusão de ensino médio para ingresso em curso de vigilante.....	97
2.9.36. Uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino e competência.....	97
2.9.37. Critério para definição da competência em razão da matéria.....	97
2.9.38. Uso de passaporte falso e competência	98
2.9.39. Crime de falsa identidade e autodefesa	98
2.9.40. Apresentação de documento falso por exigência da autoridade.....	98
2.9.41. Configuração do crime de falsa identidade	99
2.9.42. Obtenção de vantagem e crime de identidade falsa.....	99
2.9.43. Caráter subsidiário do crime de identidade falsa.....	99

2.10. Descaminho **99**

2.10.1. Majorante da prática do crime por meio de transporte aéreo, marítimo ou fluvial	100
2.10.2. Natureza formal	102
2.10.3. Aplicação do princípio da insignificância	103
2.10.4. Competência em razão da matéria	103
2.10.5. Competência territorial	104
2.10.6. Absorve a falsidade ideológica	104
2.10.7. Questão prejudicial externa	105
2.10.8. Absorção do crime de falso pelo descaminho	105
2.10.9. Bem jurídico.....	105
2.10.10. Exame pericial	106
2.10.11. Procedência da mercadoria	106
2.10.12. Sujeito passivo.....	106

2.10.13. Compreensão do verbo “iludir”	106
2.10.14. Crime praticado por ação ou omissão.....	106
2.10.15. Produtos de fabricação nacional destinados exclusivamente ao exterior.....	107
2.10.16. Adequação social.....	107
2.10.17. Tentativa	107
2.10.18. Habitualidade.....	107
2.10.19. Impossibilidade de aumentar a pena-base por circunstância inerente ao tipo penal	108
2.10.20. Agravante da paga ou promessa de recompensa.....	108
2.10.21. Perdimento de automóvel utilizado na prática do crime.....	108
2.10.22. Decisão que rejeita denúncia por facilitação de descaminho.....	109
2.10.23. Receptação	109
2.11. Contrabando.....	109
2.11.1. Majorante da prática do crime por meio de transporte aéreo, marítimo ou fluvial.....	110
2.11.2. Princípio da insignificância.....	112
2.11.3. Importação de arma de pressão.....	114
2.11.4. Competência em razão da matéria	115
2.11.5. Importação de colete à prova de balas.....	115
2.11.6. Importação de arma de pressão por ação de gás comprimido.....	115
2.11.7. Exame pericial	115
2.11.8. Bem jurídico.....	116
2.11.9. Tributos iludidos	116
2.11.10. Dosimetria e quantidade de mercadorias	116
2.11.11. Produtos terapêuticos ou medicinais	116
2.11.12. Máquinas para exploração de jogos de azar	116
2.11.13. Competência territorial.....	117
2.11.14. Constituição definitiva do crédito tributário.....	117
2.11.15. Consumação	117
2.11.16. Tentativa	117
2.11.17. Independência de instâncias.....	117
2.12. Facilitação de contrabando e descaminho	118
2.12.1. Competência	118
2.12.2. Exceção à teoria monista.....	118
2.12.3. Policial civil como sujeito ativo	118
2.13. Sonegação de contribuição previdenciária	119
2.13.1. Elemento subjetivo.....	120

2.13.2. Atenuante inominada	120
2.13.3. Consumação	121
2.13.4. Descumprimento de obrigação acessória	121
2.13.5. Prefeito como sujeito ativo.....	121
2.13.6. Elevado prejuízo e exasperação da pena-base	122
2.13.7. Bem jurídico.....	122
2.13.8. Omissão de valores na GFIP	122
2.13.9. Não preenchimento da GFIP com a inserção das informações em outros documentos	122
2.13.10. Inexibibilidade de conduta diversa	123

2.14. Reingresso de estrangeiro expulso 123

2.14.1. Impossibilidade de discussão do mérito do ato de expulsão.....	123
2.14.2. Crime permanente	123

Capítulo 3

Crimes federais previstos na legislação esparsa

3.1. Genocídio..... 127

3.1.1. Competência	128
3.1.2. Concurso formal entre genocídio e homicídios.....	129
3.1.3. Bem jurídico.....	129

3.2. Invasão de terras da União 130

3.2.1. Natureza permanente.....	130
3.2.2. Competência	130
3.2.3. Irretroatividade.....	130
3.2.4. Não se exige violência.....	131
3.2.5. Invasão de imóvel destinado à reforma agrária	131
3.2.6. Modalidade culposa.....	133
3.2.7. Absorção do crime de loteamento clandestino	133

3.3. Crimes previstos no Estatuto do Índio 133

3.3.1. Imputabilidade do indígena e laudo antropológico.....	134
3.3.2. Competência	135
3.3.3. Penas cruéis ou infamantes	135
3.3.4. Atenuante.....	136
3.3.5. Assistência da FUNAI.....	136
3.3.6. Auxílio de intérprete	136

3.4. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional 137

3.4.1. Competência	143
3.4.2. Conclusão de processo administrativo no Banco Central	143
3.4.3. Operação envolvendo compra ou venda de criptomoedas.....	144
3.4.4. Configuração do crime de gestão temerária	144
3.4.5. Exasperação da pena-base no crime de gestão fraudulenta	144
3.4.6. Natureza do crime de gestão fraudulenta.....	144
3.4.7. Natureza do crime de evasão de divisas na modalidade de manutenção de depósitos no exterior sem a devida declaração	145
3.4.8. Caracterização do crime do art. 20	145
3.4.9. Incidência da majorante do art. 19, § único	145
3.4.10. Compreensão adequada do crime de manter no exterior depósitos não declarados ao Banco Central do Brasil.....	146
3.4.11. Fundos de pensão	147
3.4.12. Construtora de imóveis	147
3.4.13. Empresas de consórcios.....	147
3.4.14. Doleiros	148
3.4.15. Agiotas	148
3.4.16. Empresas de faturamento mercantil.....	148
3.4.17. Estados-membros.....	148
3.4.18. Operadoras de planos de saúde.....	149
3.4.19. Instituições de pagamento.....	149
3.4.20. Responsabilidade penal subjetiva.....	149
3.4.21. Gestão fraudulenta e bem jurídico.....	150
3.4.22. Gestão fraudulenta e gerente de agência	150
3.4.23. Distinção entre gestão fraudulenta e gestão temerária.....	150
3.4.24. Constitucionalidade do tipo penal de gestão temerária.....	151
3.4.25. Pirâmide financeira	152
3.4.26. Desvio de finalidade de recursos.....	152
3.4.27. Princípio da insignificância.....	152
3.4.28. Configuração do crime do art. 19	152
3.4.29. Consumação do crime do art. 19	153
3.4.30. Venda premiada e crime do art. 16	153
3.4.31. Utilização de “laranjas” para comprar moeda estrangeira e crime do art. 21	153

3.5. Crimes contra o Mercado de Capitais 153

3.5.1. Configuração do crime de <i>insider trading</i>	156
3.5.2. Competência	157

3.6. Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente 158

3.6.1. Competência territorial no crime de publicação de conteúdo de pornografia infantil	160
3.6.2. Autonomia entre os crimes de pornografia e divulgação de pornografia infantil	160
3.6.3. Impossibilidade de exasperar a pena com base no grande interesse do réu pelo material pornográfico.....	162
3.6.4. Fixação da pena-base do crime do art. 241-A do ECA.....	162
3.6.5. Competência para julgar o crime previsto no art. 241-A do ECA.....	163
3.6.6. Competência para julgar o crime do art. 239 do ECA	165
3.6.7. Competência para julgar o crime do art. 237 do ECA	165
3.6.8. Natureza formal e múltipla do crime do art. 239 do ECA	166
3.6.9. Crime do art. 239 do ECA e negatificação da culpabilidade	166
3.6.10. Crime do art. 239 do ECA e fundamentação inidônea para exasperar a pena-base	167
3.6.11. Pornografia infantil e desnecessidade de identificação das crianças.....	167
3.6.12. Natureza permanente do crime do art. 241-B do ECA	167
3.6.13. Manutenção de mais de um vídeo e crime único	167
3.6.14. Conexão entre crimes de pornografia infantil e estupro de vulnerável	168

3.7. Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo 168

3.7.1. Materialidade do crime do art. 7º, IX.....	172
3.7.2. Crime de deixar de repassar ao fisco o ICMS indevidamente apropriado	172
3.7.3. Exigência de dolo específico em crime contra a ordem tributária	174
3.7.4. Exclusão da culpabilidade por inexibibilidade de conduta diversa por crise financeira da empresa.....	174
3.7.5. Medida assecuratória contra pessoa jurídica usada para fins de ocultação de bens.....	175
3.7.6. Reconhecimento simultâneo das majorantes da continuidade delitiva e do grave dano à coletividade.....	175
3.7.7. Omissão de receitas e omissão do dever de prestar informações	175
3.7.8. Discussão na esfera cível e independência das instâncias.....	175
3.7.9. Crimes tributários no âmbito de uma mesma empresa sonegadora e ausência de litispendência <i>nem bis in idem</i>	176
3.7.10. Envio de dados sigilosos pela Receita à Polícia ou ao MP	176
3.7.11. Crime tributário comissivo por omissão.....	176
3.7.12. Crime tributário sem integrar o quadro da pessoa jurídica	176
3.7.13. Responsabilização de sócio-gerente que deixou o quadro societário da	

empresa	177
3.7.14. Crime de cartel e independência de instâncias	177
3.7.15. Configuração do crime de apropriação indébita tributária	177
3.7.16. Princípio da insignificância e tributos estaduais ou municipais	177
3.7.17. Configuração do crime de cartel	179
3.7.18. Absorção de crime com pena maior por crime de pena menor	179
3.7.19. Apropriação indébita tributária e dolo genérico	179
3.7.20. Natureza formal do crime previsto no art. 2º da Lei 8.137/90	179
3.7.21. Crime tributário e independência de instâncias	180
3.7.22. Garantia na execução fiscal e pagamento do tributo	180
3.7.23. Crime material contra a ordem tributária e consumação	180
3.7.24. Emissão de fatura, duplicata ou nota que não corresponda a venda ou prestação de serviço efetivamente realizado	181
3.7.25. Valoração negativa das consequências do crime na sonegação fiscal	181
3.7.26. Prazo prescricional nos crimes contra a ordem tributária	181
3.7.27. Crime de sonegação fiscal e superveniência da prescrição do crédito tributário na esfera administrativa	182
3.7.28. Responsabilidade penal no caso de sonegação fiscal no âmbito empresarial	182
3.7.29. Diferença entre crimes contra a ordem tributária	183
3.7.30. Instauração de inquérito policial antes da constituição definitiva do crédito tributário	183
3.7.31. Discussão sobre nulidade do procedimento administrativo fiscal no juízo criminal	183
3.7.32. Impedimento de suspensão da ação penal em virtude de parcelamento do débito tributário realizado após o recebimento da denúncia	184
3.7.33. Exasperação da pena-base decorrente da extensão do dano causado	184
3.7.34. <i>Bis in idem</i> e ações penais diversas	184
3.7.35. Consumação do crime de cartel	185
3.7.36. Crime de sonegação fiscal e teoria do domínio do fato	186
3.7.37. Compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal com os órgãos de persecução penal para fins criminais	186
3.7.38. Configuração do crime de sonegação fiscal	187
3.7.39. Crime do art. 1º e dolo genérico	187
3.7.40. Crime contra a ordem tributária, condenação com trânsito em julgado e pagamento do tributo	187
3.7.41. Majorante de grave dano à coletividade	188
3.7.42. Majorante do art. 12, I, e <i>emendatio libelli</i>	189
3.7.43. Quantidade de autuações na esfera administrativa e continuidade delitiva	189

3.7.44. Competência territorial nos crimes materiais contra a ordem tributária.....	190
3.7.45. Competência para julgar os crimes contra a ordem econômica.....	190
3.7.46. Consunção entre os crimes de falso ou de estelionato e de sonegação	191
3.8. Crimes contra as telecomunicações	191
3.8.1. Lei aplicável	192
3.8.2. Radiodifusão comunitária clandestina não viola o Pacto de San José da Costa Rica	193
3.8.3. Bem jurídico protegido.....	193
3.8.4. Clandestinidade e ausência de dissimulação ou ocultação.....	193
3.8.5. Norma penal em branco.....	194
3.8.6. Princípio da insignificância.....	194
3.8.7. Televisão a cabo	196
3.8.8. Serviço de internet	197
3.8.9. Venda de aparelhos para desbloqueio de sinal de TV por assinatura	198
3.8.10. Competência	198
3.8.11. Busca e apreensão.....	198
3.8.12. Ausência de conexão com o crime de receptação.....	198
3.8.13. Clonagem de telefones celulares.....	199
3.9. Tráfico internacional de armas de fogo.....	199
3.9.1. Competência	200
3.9.2. Configuração do crime do art. 18	201
3.9.3. Crime de ação múltipla.....	201
3.9.4. Crimes autônomos	202
3.9.5. Princípio da insignificância.....	202
3.10. Tráfico internacional de drogas.....	202
3.10.1. Competência	204
3.10.2. Impossibilidade de condenação pelo crime de tráfico de drogas sem apreensão da substância.....	206
3.10.3. Critério para dosar a majorante da transnacionalidade.....	207
3.10.4. Desclassificação de tráfico transnacional para nacional e competência	207
3.10.5. Competência territorial no caso de tráfico internacional de drogas pela via postal.....	208
3.10.6. Laudo toxicológico produzido em outro país.....	209
3.10.7. Desnecessidade de efetiva transposição de divisas para caracterizar a majorante da transnacionalidade	209
3.10.8. Majorante da transnacionalidade e ausência de <i>bis in idem</i>	210
3.10.9. Ciência de atuar como mula de grupo criminoso voltado ao tráfico internacional	

de drogas.....	211
3.10.10. Inobservância do procedimento específico do art. 55.....	211
3.10.11. Desnecessidade de citação pessoal para apresentar resposta à acusação.....	212
3.10.12. Imputação de crimes conexos e preferência do procedimento comum em relação ao procedimento da Lei de Drogas.....	212
3.10.13. Motivação do recebimento da denúncia no procedimento da Lei de Drogas ...	212
3.10.14. Manifestação do Ministério Público após a defesa preliminar na Lei de Drogas	213
3.10.15. Histórico de viagens internacionais e tráfico privilegiado.....	213
3.10.16. Incidência concomitante da majorante da transnacionalidade nos crimes de tráfico e associação	213
3.10.17. Tráfico privilegiado não é crime hediondo.....	214
3.10.18. Ausência de emprego formal e benefício do tráfico privilegiado	214
3.10.19. Confissão de que comercializa drogas há determinado tempo e privilégio.....	215
3.10.20. Inquéritos e ações penais em andamento não afastam o redutor do tráfico privilegiado	215
3.10.21. Mula do tráfico e redutor de pena do privilégio	215
3.10.22. Fuga ao avistar a polícia e redutor do tráfico privilegiado.....	216
3.10.23. Silêncio do réu em relação à participação de coautores e redutor do tráfico privilegiado	216
3.10.24. Quantidade e variedade da droga apreendida e tráfico privilegiado.....	216
3.10.25. Apreensão de balança de precisão afasta o privilégio.....	217
3.10.26. Apreensão de objetos que indicam a não ocasionalidade da conduta e afastamento do tráfico privilegiado	218
3.10.27. Registro de atos infracionais e redutor de pena do tráfico privilegiado	218
3.10.28. Tráfico privilegiado e requisitos cumulativos.....	219
3.10.29. Condenação simultânea por tráfico e/ou associação inviabiliza o redutor do privilégio	219
3.10.30. Crime de tráfico de drogas e confisco de patrimônio	220
3.10.31. Tráfico de drogas e penas restritivas de direitos.....	220
3.10.32. Constitucionalidade do preceito secundário do crime de tráfico de drogas.....	222
3.10.33. Combinação de leis penais.....	222
3.10.34. Justificativa da majorante do art. 40, VI.....	223
3.10.35. Majorante do art. 40, VI, e desnecessidade de comprovar que o menor não tinha envolvimento anterior com o tráfico.....	223
3.10.36. Compatibilidade do tráfico privilegiado com a majorante do art. 40, VI.....	223
3.10.37. Compatibilidade do crime de associação para o tráfico com a majorante do art. 40, VI	224
3.10.38. Comprovação da menoridade para incidir a majorante do art. 40, VI.....	224

3.10.39. Majorante do art. 40, VI, e ausência de relação com o crime de associação para o tráfico	225
3.10.40. Fundamentação concreta para aumentar em patamar superior ao mínimo a majorante do art. 40, VI.....	225
3.10.41. Incidência da majorante do art. 40, VI, mesmo havendo convivência marital com o réu.....	225
3.10.42. <i>Bis in idem</i> na consideração do crime de tráfico praticado com envolvimento de adolescente como majorante do art. 40, VI, e para aplicar a minorante do privilégio em patamar mínimo	226
3.10.43. Não configuração do crime de associação para o tráfico.....	226
3.10.44. Autonomia dos crimes previstos nos artigos 35 da Lei de Drogas e 288 do Código Penal	226
3.10.45. Reincidência específica para impossibilitar o livramento condicional na Lei de Drogas	227
3.10.46. Aferição do grau de pureza da droga.....	227
3.10.47. Tráfico de drogas e princípio da insignificância.....	228
3.10.48. Processo por tráfico de drogas e confissão de porte para uso próprio.....	228
3.10.49. Obtenção de lucro fácil não autoriza a exasperação da pena no crime de tráfico.....	228
3.10.50. Condenação pelo crime de porte de drogas para consumo pessoal não gera reincidência	229
3.10.51. Impossibilidade de compensar minorante com majorante no âmbito da Lei de Drogas	230
3.10.52. Impossibilidade de aumentar a pena-base por circunstâncias inerentes ao tipo penal	230
3.10.53. Laudo pericial definitivo e irregularidades no laudo preliminar.....	230
3.10.54. Falta de assinatura do perito no laudo toxicológico.....	231
3.10.55. Crime de associação para o tráfico e hediondez.....	231
3.10.56. Crime de associação e livramento condicional.....	231
3.10.57. Aplicação cumulativa das majorantes da transnacionalidade e da interestadualidade.....	231
3.10.58. Incidência da majorante do art. 40, III.....	232
3.10.59. Reconhecimento de mais de uma majorante e aplicação da pena.....	232
3.10.60. Utilização da agravante da reincidência para afastar o tráfico privilegiado.....	233
3.10.61. Indulto e crime de tráfico privilegiado.....	233
3.10.62. Concurso material entre os crimes de associação e tráfico	233
3.10.63. Cloreto de etila e competência	233
3.10.64. Absolvição pelo crime de associação para o tráfico e manutenção do afastamento do redutor do tráfico privilegiado	234

3.10.65. Dosimetria da pena e valoração da natureza e quantidade da droga apreendida	234
3.10.66. Importação de sementes de maconha	235

Capítulo 4

Sistema penitenciário federal

4.1. Prorrogação do prazo.....	247
4.2. Legitimidade da Interpol para requerer a transferência.....	248
4.3. Tratamento privilegiado	249
4.4. Destinação dos presídios federais.....	249
4.5. Competência	249
4.6. Contraditório prévio	250
4.7. Cumprimento excepcional de medida de segurança em prisão federal.....	251
4.8. Competência sobre a manutenção do preso em RDD.....	251
4.9. Progressão de regime no sistema penitenciário federal	251
4.10. Monitoração de conversa entre advogado e preso no sistema penitenciário federal.....	253
4.11. Desaparecimento do motivo	253
4.12. Falência do sistema carcerário estadual	253